

Quando a Guerra Cisplatina se torna necessária: a reapropriação do conflito no Prata pelo IHGB nas décadas de 1850 a 1870

ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES*

1. Primeiras impressões:

O que fez a primeira guerra do Brasil independente permanecer por mais de 20 anos em completo ostracismo nos meios letrados? O que fez depois essa mesma guerra torna-se tema de acaloradas discussões durante a segunda metade do século XIX? Tais perguntas nortearam as próximas páginas, as quais tentaram dar conta dos motivos que levaram a Guerra Cisplatina, finda em 1828, à ressurgir entre as décadas de 1849 a 1870 de forma tão forte e persistente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O retorno da Cisplatina coincide com uma nova fase do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inaugurada no ano de 1849, quando, por sugestão do próprio imperador d. Pedro II,¹ os sócios do IHGB foram convocados a escreverem a história da nação. O convite foi rapidamente acatado e não tardaram em se multiplicarem trabalhos acerca da história do país.

O pedido feito pelo monarca, também protetor da instituição e incentivador intelectual e financeiro, estava em consonância com um momento de estabilidade política e consolidação de um projeto centralizador aventado e implementado pelo próprio imperador. Neste sentido, o IHGB tornava-se arauto de um Estado forte, que foi capaz de superar o ímpeto separatista do período regencial e do início de seu reinado mantendo a unidade territorial e a escravidão.

Com isso, escrever a história do país se tornou um imperativo. Para essa empreitada, a prioridade foi por uma história que coadunasse as diferentes raças, os interesses político-econômicos diversos e pacificasse o passado de disputas políticas, derrotas militares e de questionamento ao modelo imperial. Mas, tal projeto, não poderia também prescindir de uma história gloriosa que pudesse honrá-lo e, sobretudo, amalgamar a nação brasileira. Neste

* Doutoranda no programa de pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia IFCH/Unicamp, sob orientação da prof^ª. Dr^ª. Izabel Andrade Marson. Bolsista CNPq.

¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, 5-27

processo, as escolhas não fugiram ao esperado. Sim, o branco-europeu foi naturalmente o pilar deste império florescente, desta forma, rapidamente foram acionadas as origens portuguesas que uniam o novo império ao velho mundo; ambos emanados em um mesmo processo civilizatório de viés iluminista.²

A história produzida pelo IHGB ainda cumpriu uma função pedagógica, retomando o passado com o objetivo de ensinar ao presente, partindo de uma perspectiva linear do tempo que fosse eficaz em estabelecer um nexos harmonioso entre essas duas temporalidades. Claro, não seria todo o passado suficientemente digno de ser acionado, mas um que fosse eleito pelos ilustres sócios do IHGB, os quais, não por coincidência, cumpriam em sua maioria funções relevantes dentro do aparelho estatal.

Engana-se, porém, os que imaginam de fácil execução a tarefa imposta ao IHGB: selecionar e narrar um conjunto de histórias que produzissem heróis inquestionáveis, sucessos militares acachapantes e exaltassem à monarquia bragançina. Não, isto porque, os candidatos a heróis não eram unânimes, as campanhas militares não foram indiscutivelmente vitoriosas e, tampouco, todos os Braganças contavam com o apreço e a admiração dos grupos políticos do país. E, assim, é sobre esse esforço hercúleo imposto aos ilustres sócios do Instituto que se deterá as próximas linhas.

2. O IHGB: fundação e percurso

O ponto de partida desta análise será então a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Já sobre a Cisplatina, se espera demonstrar que seu retorno e, conseqüentemente, do passado bélico nacional, à Revista do IHGB esteve ligado ao contexto contemporâneo àquelas publicações, isto é, à política e às demandas, internas e externas, do Império nas décadas de 1850 a 1870.

² Salgado aponta como o projeto nacional do Brasil teve sempre como horizonte o modelo europeu, assim, nas palavras do autor: “A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.” GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, 5-27

O nascimento do Instituto, segundo Manoel Salgado,³ ocorreu em uma das sessões do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), a partir da proposta de dois de seus participantes – também sócios do Instituto Histórico de Paris, que lhes serviu de inspiração – o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Mattos. A função imediata do IHGB era a de coletar, arquivar e publicar documentos de pudessem ser utilizados com o intuito de escrever a história e a geografia do império e revisar possíveis equívocos nas crônicas históricas.⁴ Em sentido mais amplo, competia ao instituto a tarefa de implementar um projeto de história capaz de tecer uma narrativa laudatória sobre o país e eficaz em destacar suas glórias e em legitimar os seus eleitos à heróis, tanto no âmbito nacional quanto diante das nações europeias, na ocasião paradigmas da civilização.⁵

A seleção de seus sócios, de acordo com os primeiros estatutos com data de 1839, respeitava regras em que as relações sociais pesavam consideravelmente, em detrimento da habilidade intelectual⁶. Neste sentido, não se fazia necessário ao candidato à sócio apresentar seu espólio intelectual, bastava receber o convite ou ser indicado por algum membro. Existia, porém, três tipos de sócios, a saber: os efetivos – que giravam em torno de 50 membros divididos entre as disciplinas de história e geografia –, os correspondentes – em quantidade indefinida e que funcionavam como uma forma de angariar mais material documental⁷ –, os honorários – também sem limite numérico e era atribuído aos indivíduos de notório saber⁸.

³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos...OP.Cit.

⁴ De acordo com Loyane Ferreira, o primeiro tomo da Revista, no artigo intitulado *Breve Notícia sobre a Criação do Instituto*, pontuou as diretrizes que norteariam a Instituição. FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português : política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. Campinas. Dissertação de mestrado. Campinas, 2009.

⁵ Neste sentido, para Loyane Ferreira, o IHGB manteve estreita ligação com instituições similares estrangeiras. Uma aproximação que ia além da possibilidade de compartilhar questões intelectuais, mas significou uma tentativa de reconhecimento na esfera internacional. *Ibidem*.

⁶ O candidato precisava de uma proposta assinada por um dos membros, ou da geografia ou da história, dependendo de qual das duas áreas do saber desejava se associar, seguido de um parecer. A documentação era direcionada à administração e, por fim, levada à assembleia para apreciação. *Ibidem*.

⁷ Sanchez percebe a figura do sócio correspondente como uma estratégia de reunir documentos históricos, visto que quanto maior fosse o número de participantes nesta categoria maior seria a quantidade de fontes oferecidas à Instituição. SANCHEZ, Edney Christian. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp-IEL- Departamento de Teoriae História Literária, Campinas, 2003.

⁸ A figura desta categoria de sócio, na perspectiva de Sanchez, era de afiançar por meio de sua trajetória intelectual a legitimidade da instituição em formação. *Ibidem*.

Outra categoria de sócio foi criada em 1841: os Presidentes Honorários. O título seria concedido aos príncipes da monarquia brasileira e aos soberanos e príncipes de nacionalidades diversas as quais o conjunto de sócios decidisse por homenagear.

Ainda em 1841, se tornou obrigatório aos aspirantes a sócios efetivos ou correspondentes que, para concretizarem sua adesão, publicassem uma produção literária ou oferecessem um material de valor, fosse ele um documento, uma memória, etc. Entretanto, a grande virada da instituição aconteceu em 1849 quando o próprio imperador em seu discurso, por ocasião da inauguração das novas dependências do IHGB, proclamou qual deveria ser a vocação do instituto: escrever trabalhos de relevância e não apenas compilar as informações deixadas pelas gerações anteriores.⁹ A fala do Pedro II não tardou em ser acolhida pelo IHGB que incorporou a exigência.

Atender as demandas do monarca não se tratava de simples respeito ao chefe da nação. Já na década de 1840 a instituição tinha 75% de seu orçamento proveniente de verbas do Estado, como menciona Salgado. O autor destaca também que parte significativa dos sócios que compunham o IHGB cumpriam funções dentro do aparato estatal, alguns desempenhando cargos jurídicos, outros militares e ou ainda burocráticos.¹⁰ A relação estreita entre os sócios do IHGB e o governo foi ratificada por Lucia Paschoal Guimarães que ao comparar a nomeação de ministros durante a década de 1840 e lista de sócios efetivos, percebeu que dos

⁹ Salgado transcreve a fala do imperador, a qual, mas que uma sugestão funciona, de alguma forma, como um ultimato "Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mos-trando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vos-sas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.' (...) "Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me infor-me sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas às vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações. Apud. GUIMARÃES... Op.cit.pp.11

¹⁰ Sobre o assunto ver: GUIMARÃES... Op.cit.

36 gabinetes que fizeram parte do governo imperial somente nove não tinham em sua composição nenhum afiliado da instituição.¹¹

Neste sentido, como sublinhado por Salgado, a década de 1850 foi marcada pelo estreitamento ainda maior dos laços entre o IHGB e o Império levando, inclusive, às mudanças no estatuto da instituição que passou oficialmente a ser protegida pelo imperador. A virada da Instituição caminhou de mãos dadas com um momento de consolidação e centralização do projeto imperial, bem como, com a demanda pela formulação de um discurso que unificasse e urdisse uma narrativa coerente para justificar a nação brasileira.

Assim, para pavimentar esse caminho, a história e a geografia foram acionadas de forma privilegiada, posto que, deveriam fabricar um discurso capaz de validar o projeto de Estado do governo Imperial e transformá-lo em um discurso nacional. A função das duas disciplinas foi apresentar um mapa do universo humano, físico e social que compunha o país. No que se refere à história, ela ainda deveria servir de guia para os homens públicos, já que seus exemplos, que atravessavam séculos, poderiam ensinar e pautar as ações dos políticos do presente e do futuro:

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição. (GUIMARÃES, 1988: 5-27)

Logo, o IHGB fomentou largamente, por meio da organização de expedições científicas e da concessão de prêmios,¹² a reunião de documentos e a produção de trabalhos que guardassem uma reflexão intelectual. Essa produção encontrou merecido espaço na Revista da Instituição.

O conteúdo apresentado nas páginas da RIHGB, como não poderia deixar de ser, esteve em consonância com os objetivos da Instituição. Desta forma, foi importante meio propagador das temáticas de cunho nacional que circulavam pelo IHGB, em especial a tríade

¹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. In *RIHGB*: Rio de Janeiro, 156 (388): 459-613, jul/set 1995. pp. 477-478

¹² A ideia para concessão de prêmios partiu do próprio d. Pedro II e, obviamente, foi financiada pelo Estado monárquico. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos...OP.Cit.

basilar do discurso imperial: povo, território e unidade. Na Revista, essa trindade se fez presente na recorrência com que a questão indígena – povo –, as viagens e explorações científicas – território – e o debate da história regional – unidade – apareceram nas edições, correspondendo, nas palavras de Salgado, a 73% do quantitativo da publicação.

Com isso, fica bastante aparente a relevância que o território e suas definições receberam na revista. Uma questão que igualmente permeou todas as memórias relativas à Guerra Cisplatina e justificou o próprio conflito. O estabelecimento de limites, enfim, foi uma empreitada que não visou apenas demarcar o espaço territorial do país, mas também sua identidade tanto para si e, sobretudo, para os outros, isto é, para seus vizinhos.

3. O lugar das memórias:

A necessidade do governo foi muito bem acolhida pelo IHGB e, é nessa conjuntura, que a Guerra Cisplatina foi recuperada pela Revista do Instituto.¹³ Entretanto, o seu retorno se justifica de fato em razão da permanência de um contexto instável na região sul, isto porque, o fim do conflito na Prata não trouxe consigo a definição territorial das fronteiras entre o Império e a Banda Oriental, não resolveu os problemas em torno da navegabilidade do Rio da Prata e, tampouco, levou à paz para República Oriental do Uruguai (nome que recebeu a Banda a partir de 1839) ou apaziguou as disputas entre Brasil e as Províncias Unidas.

Neste sentido, contrariando as deliberações do Tratado de Paz de 1828, o governador de Buenos Aires não tardou em interferir nos assuntos da República Oriental, além disso, a relação umbilical que se estabeleceu entre os partidos das duas regiões – o federalista Rosas apoiava aos *blancos* uruguaios representados por Juan Lavalleja e Manuel Oribe contra seu

¹³ Para Salgado, a importância das regiões fronteiriças fica ainda mais nítida na forma como aparecem na RIHGB: “Se, a princípio, todas as regiões do país são definidas como igualmente importantes, o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Não por acaso são as regiões como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guiana Francesa, ao Norte, e a fronteira de Mato Grosso, nas quais os conflitos de limites datavam do período colonial, as áreas mais tratadas nas páginas da Revista. E preciso ter em conta que será o governo de dom Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras através da definição de uma política externa cuja formulação contou com a assessoria do historiador-diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, que viria ser considerado o “pai da história brasileira”” GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos...OP.Cit.p.23

rival unitário Juan Galo Lavalle que apoiava Fructuoso Rivera, líder do partido colorado uruguaio – manteve sempre o império em sobressaltos.¹⁴

O império temia que Rosas conseguisse colocar em prática o projeto artiguista de reconstituir o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, incorporando à federação argentina o Paraguai e o Uruguai. Caso o governador de Buenos Aires tivesse sucesso, transformaria ainda os rios Paraná, Paraguai e o Rio da Prata em rios interiores, o que viabilizaria a proibição da navegação destes por nações estrangeiras.

A proximidade entre a República Oriental e a Confederação Argentina se intensificou a partir de 1834, com a saída do oriental Fructuoso Rivera da presidência. Foi o próprio Rivera quem fez seu sucessor, mas não contava que este, tão logo assumisse o posto, se aliasse aos seus antigos companheiros na Guerra Cisplatina: Lavalleja e Rosas; este último que assumiria no ano subsequente seu segundo governo na província de Buenos Aires com poderes extraordinários. Desta forma, velhos conhecidos do império voltaram à cena política. Porém, agora o medo de que a anarquia vizinha adentrasse o território brasileiro não era apenas uma retórica de guerra, mas recebia contornos muito reais.

O fantasma republicano ganhava corpo com a eclosão, em 1835, da Revolução Farrroupilha no Rio Grande¹⁵. A ligação entre os chefes farrapos e os vizinhos oscilaram bastante durante o conflito. Já em seu início, o líder Bento Gonçalves estabelecia conversações com Lavalleja e Rosas, na ocasião oponentes de Rivera e Oribe – então presidente da República Oriental. Mas, tão logo Oribe mudou de lado tornou-se também aliado dos revoltosos. Contra eles se reuniram Rivera e os emigrados argentinos expulsos por Rosas. A ligação dos farrapos com os vizinhos tinha o objetivo de abastecer o conflito com alimentos, cavalos e armas.

A instabilidade na fronteira sul cresceu ainda mais com o início da chamada Guerra Grande¹⁶, nome atribuído pelos próprios contemporâneos ao embate bélico na região do Rio

¹⁴ Para um estudo das relações entre o Brasil e seus vizinhos no Prata ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2006.

¹⁵ O atual Estado do Rio Grande do Sul, que recebeu esse nome após a proclamação da República. No período colonial, esse território era subordinado à capitania do Rio de Janeiro e era denominado Capitania do Rio Grande de São Pedro. Já em 1821, passa à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O trabalho, ao se referir a esse região, usará o termo Rio Grande, pois é o mais usual na documentação analisada.

¹⁶ A Guerra Grande será discutida com mais vagar no próximo item deste capítulo, onde será tratado o contexto da República Argentina e da República Oriental nas décadas de 1840 a 1870.

da Prata entre 1839-1852¹⁷. O conflito se tornou inevitável após derrota militar de Oribe acuado em Montevideu por Rivera, fator de acarretou a sua posterior renúncia ao cargo de presidente, em 1838, e a ascensão de Rivera ao poder.

Em 1845 chegou ao fim a Revolução Farroupilha, mas se sua conclusão não resolveu os problemas do Império no Prata, certamente, a pacificação da província significava, de alguma forma, a edificação de uma barreira, ainda que frágil, aos projetos expansionistas riveristas e rosistas e, por conseguinte, de um projeto republicano.

Contudo, se 1845 começou com esperanças de paz para o Império, sorte diferente se abateu sobre a Confederação e a Banda Oriental. Pouco depois do fim da farroupilha, Rivera sofreu uma importante derrota na Batalha de India Muerta perante Justo José de Urquiza, governador de Entre Rios – forte aliado de Rosas à época. Com esse resultado, Rivera foi desterrado ao Brasil. Enquanto isso, a Confederação assistiu neste mesmo ano uma intervenção das armadas da Inglaterra e da França.

As duas potências estrangeiras tinham por objetivo garantir o livre comércio nos rios da região. Apesar do resultado militar favorável, as forças anglo-francesas não conseguiram burlar o mal-estar gerado pela presença estrangeira, neste sentido, a expedição não alcançou avanços comerciais na região sendo rechaçada pelos habitantes locais¹⁸.

Malgrado o projeto político-econômico europeu no Prata, em 1848 as tropas inglesas e francesas se retiraram enquanto Rosas manteve o bloqueio marítimo na região. Depois do resultado desastroso as duas potências estrangeiras passaram a negociar acordos com o governador da Província de Buenos Aires.

¹⁷ Para alguns autores, como Lincoln Casas, a Guerra Grande terminou em 1851 com a rendição do Uruguai. Outros, como Titara, datam o fim do conflito em 1852, quando Rosas caiu definitivamente. MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. *Orientales. Uma historia política Del Uruguay. De los orígenes a 1865*. 2ª ed. – Buenos Aires: Planeta, Grupo Planeta, 2007. TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmerte: 1850.

¹⁸ Bruno Estefanes lembra ainda que Rosas recebeu apoio inclusive de comerciantes ingleses, pois, de uma forma de outra, este conferia certo grau de estabilidade à Confederação Argentina. ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. São Paulo. Dissertação de mestrado. USP, 2010.

Já do lado brasileiro, com o domínio fluvial de Rosas, os avanços de Oribe e a saída estratégica da França e da Inglaterra o império se viu sozinho no Prata e com uma guerra batendo em sua porta. Assim, ainda em 1848, a tônica imperial em relação aos vizinhos começou a mudar, tanto mais após a ascensão do gabinete conservador e a posterior, em 1849, nomeação de Paulino José Soares de Souza para pasta de Negócios Estrangeiros.

O contexto político no Prata na década de 1840 coincide com o período de conclusão da memória de Machado de Oliveira intitulada *Recordações Históricas*.¹⁹ O texto, porém, não foi imediatamente publicado pelo IHGB, talvez porque sua crítica arguta ao processo de anexação da Banda Oriental em 1828 fosse de encontro à política aventada pelo gabinete conservador, na qual a guerra, ainda que indesejável, tinha se tornado inevitável.

O fim da política de neutralidade do governo imperial ganhou contorno de ameaça em 1851 quando d. Pedro II, na sessão imperial de abertura ao Senado, em 3 de maio, revelou a possibilidade do país entrar em guerra com as repúblicas vizinhas no intuito de fazer valer os direitos de seus súbitos brasileiros ameaçados pela política de Oribe, como apresentado no fragmento:

*O general Oribe recusou-se a adotar providências que fizessem cessar as violências e vexames que, em virtude de ordens suas, eram e são exercidas sobre as pessoas e propriedades de grande número de brasileiros estabelecidos nas fronteiras do Estado Oriental. O ministro argentino insistiu em tomar a si essa questão, e como não fosse dada a solução que exigia o governador de Buenos Aires pediu os seus passaportes que lhe foram concedidos. Por maior que seja o meu desejo de manter a paz não deixarei de [?]os meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranquilidade do império, tendo sempre por um dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos e nunca me meter de modo algum em seus negócios internos.*²⁰

A fala do imperador não tardou em se concretizar. Em 29 de maio de 1851 foi assinado um tratado de aliança ofensivo-defensivo entre o Governo de la Defensa – liderado

¹⁹ OLIVEIRA, José Joaquim Machado. *Recordações históricas*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860

²⁰ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Ano 1851. Livro I. Brasília: Senado Federal.Subsecretaria de Anais, 1978. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

por Joaquín Suárez e que se proclamava o governo legítimo no Uruguai –, o Império do Brasil e a Província de Entre-Rios. A coalizão tinha o objetivo de derrubar definitivamente Juan de Rosas.

Com o reforço imperial, Oribe não conseguiu mais resistir, assim, em 8 de outubro de 1851, foi assinado o acordo que pôs fim a guerra com o Uruguai. Além de liquidar o conflito, o Brasil ainda conseguiu extrair de um Uruguai arruinado cinco tratados importantes²¹: de aliança, de limites, de prestação de socorro, de comércio e navegação e de extradição. Contudo, Rosas ainda continuava no poder. Nesse sentido, as forças da coalizão se voltaram contra ele e em 3 de fevereiro de 1852 conseguiram arrancar-lhe a derrota total, forçando sua demissão e posterior exílio e acabando de vez com a Guerra Grande.

Em meio ao fim da Guerra Grande, a derrota de Rosas e os impasse para definição dos Tratados entre Brasil e Uruguai, a questão do Prata apareceu novamente no IHGB. O mesmo Machado de Oliveira ofereceu ao Instituto outra memória, intitulada *Memoria histórica. Sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo*²² e publicada na Revista do instituto em 1853²³. Nesta memória, porém, a Guerra Cisplatina foi coadjuvante, já que no texto ela serviu apenas de pretexto para tratar do assunto que de fato interessava o autor: discutir o Tratado de Limite entre Brasil e Uruguai celebrado de 12 de outubro de 1851.

A *Memória histórica* de Machado causou uma grande discussão na Instituição, possivelmente porque definiu, sem meias palavras, como indecoroso o tratado de 1851, na medida em que defraudava o território que para o memorialista era de direito brasileiro. A observação do autor sem dúvida afetava o governo imperial, pois, de alguma forma, colocava em suspeita os esforços do governo em proteger os limites da nação.

²¹ As condições dos tratados foram questionadas pelo ministro das Relações Exteriores uruguaio, Florentino Castellanos, pois foram consideradas extremamente desvantajosas para o país. O impasse foi resolvido com ajuda de um representante argentino apenas em 15 de maio de 1852. O resultado foi favorável ao império, já que foi mantido em vigor o tratado com apenas duas modificações na questão dos limites territoriais.

²² MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. *Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo*. IN.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nº12, 1853.

²³ Machado data a finalização da memória em 8 de junho de 1852. Neste sentido, pressupõe-se que sua escrita ocorreu em concomitância às discussões diplomática entre Brasil e Uruguai sobre a validade dos Tratados estabelecidos entre ambos no ano interior.

Neste sentido, a memória foi submetida a cinco pareceristas com o intuito de validar ou não sua publicação. Entre os avaliadores estavam Duarte da Ponte Ribeiro, Candido Baptista de Oliveira, Antônio Gonçalves Dias e Pedro d'Alcantara Bellegarde. A decisão final foi pela publicação do documento e de todos os pareceres na mesma edição, que contou ainda com uma brevíssima introdução do instituto cujo objetivo foi se eximir do conteúdo textual proposto seja pelo memorialista seja por seus interlocutores:

*O Instituto tendo tomado em consideração a Memoria Historica do Sr. Machado de Oliveira, e os trabalhos que sobre Ella escreveram os Srs. Ponte Ribeiro, Candido Baptista, Gonçalves Dias e Bellegarde, decide que sejam impressos em um só número da Revista, não só a Memoria, como todos aquelles trabalhos, precedentes a declaração de que o Instituto não interpõe o seu juízo sobre a materia.*²⁴

A comparação entre os dois trabalhos de Machado acabam por denunciar o provável motivo que levou a publicação da *Memória histórica* e dos pareceres que a acompanhavam e o engavetamento por mais de uma década das *Recordações*. Na primeira, a discussão centrou-se no caráter positivo ou negativo do Tratado de 1851, mas não colocou em desconfiança em nenhum momento a validade da intervenção imperial. A segunda, no entanto, lançou dúvidas sobre o direito brasileiro de intervir na região do Prata, afirmação que ia radicalmente de encontro as ações intervencionista iniciadas a partir de 1849.

Contudo, se as afirmações presentes nas *Recordações* de Machado suavam como perigosas em 1850 a década posterior, como já mencionado, lhe deu uma nova chance. Assim, com os tratados entre Brasil e Uruguai ratificados, o sul do país totalmente pacificado, Rosas longe do poder, os rios da bacia do Prata livres e o Paraguai independente o texto de Machado ganhou as página da RIHGB.

A aparente calma entre Brasil e seus vizinhos não durou muito. A Guerra do Paraguai (1865-1870) voltou a colocar as fronteiras brasileiras sob alerta, mas agora dois inimigos históricos dividiam o mesmo lado no teatro da guerra, isto porque, a luta contra o Paraguai uniu o Império Brasileiro e a Confederação Argentina – que ainda contaram com o apoio da

²⁴MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo. IN.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº12, 1853. p.385

nação que até bem pouco tempo atrás era a causa da discórdia entre as duas: a República Oriental do Uruguai.

Ainda que o resultado da guerra não tenha sido um dos mais honrosos, o Brasil saiu vitorioso e conseguiu impor ao derrotado Paraguai um Tratado de Limites assinado logo após o fim do conflito, cujo processo de demarcação foi realizado entre 1872 e 1874. E, mais uma vez, a diplomacia brasileira conseguiria o que as tropas imperiais não obtinham nos campos de batalha.

As questões em torno da integridade do território suscitadas entre meados da década de 1860 e o início de 1870 reverberaram, como se era de se esperar, no IHGB. Assim, foi publicada na RIHGB, em 1874, as *Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres*²⁵ do coronel Anton Adolph Friedrich von Seweloh. O texto do militar alemão tratou em grande parte da Batalha do Passo do Rosário, destacando a coragem dos militares brasileiros que se retiraram bravamente da luta e mantiveram sangue frio mesmo diante da superioridade bélica do inimigo. Coincidência ou não a fala do alemão para descrever o embate de 1827 não pareceu muito distante do contexto da década de 1870 em que um Brasil arrasado terminou a guerra com status de vencedor.

4. Considerações finais:

Essa breve exposição teve como objetivo relacionar o aparecimento de textos memorialísticos acerca da Guerra Cisplatina nas décadas de 1850, 1860 e 1870 com o contexto político da segunda metade do século XIX. Neste sentido, buscou demonstrar que as leituras produzidas sobre o conflito dialogaram com as demandas do Império em consolidação neste período.

As memórias ganharam espaço privilegiado dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estabelecimento intimamente ligado ao Estado na ocasião, e transformaram um conflito esquecido por dois decênios em um dos pontos marcantes para escrita da nação brasileira.

²⁵SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. *Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos- Ayres*. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico. V.37. Rio de Janeiro: B.L. Garnier - Livreiro-editor, 1874.

Bibliografia

CASTELLANO, Alfredo. *Juan Antonio Lavalleja. Libertador oriental*. Montevideo: Medina Editor, 1955

Devoto, Juan A. Pivel. *Historia de los partidos políticos en el Uruguay*, 2 vols, Montevideo, Ed. Atlantida, 1942.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. São Paulo. Dissertação de mestrado. USP, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português : política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. Campinas. Dissertação de mestrado. Campinas, 2009.

GUAZZELLI, CESAR AUGUSTO BARCELLOS. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo), 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, 5-27

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.p. 3

MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. Orientales. *Uma historia política Del Uruguay. De los orígenes a 1865*. 2ª ed. – Buenos Aires: Planeta, Grupo Planeta, 2007

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los origenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991

SANCHEZ, Edney Christian. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp-IEL- Departamento de Teoria e História Literária, Campinas, 2003.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmerte: 1850.